

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO SUGERIDO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – ENSINO MÉDIO ÁREA DE ATUAÇÃO: CREAS/ PAIF

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Semântica. Análise sintática. Figuras de sintaxe. Literatura, novas regras ortográficas.

BIBLIOGRAFIAS

CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. Português: Linguagens. São Paulo:Atual, 2003.
Faraco, Carlos E.; MOURA, Francisco. Literatura Brasileira.10. ed. São Paulo: Ática, 1999.
NICOLA, José de. Língua, Literatura e Redação. 8.ed. São Paulo: Scipine, 1999.
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.Reforma ortográfica da Língua Portuguesa: Como fica nossa língua escrita. Florianópolis: IOESC, 2009.
FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco. Língua e Literatura. São Paulo:Ática, 2000.
MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MATEMÁTICA

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações de 1º e 2º graus. Problemas. Raízes e Matrizes.

BIBLIOGRAFIAS

VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
LAUREANO, José Luiz, LEITE, Olímpio Vissoto. Os segredos da matemática Financeira. São Paulo: Ática, 1986.
BEZERRA, Manuel Jairo. Matemática:2ª grau volume único. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Volume único. São Paulo: Editora ática, 2005.
GIOVANNI, José Rui & BONJORNIO, José Roberto. Matemática Completa. São Paulo, Editora FTD, 2005
NERY, Chico & TROTTA, Fernando. Matemática: curso completo. 1ª ed. São Paulo, Ed. Moderna, 1986.
D'AMBROSIO, Nicolau & Ubiratan. Matemática: comercial e financeira. 23ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.
BOYER, Carl. História da matemática. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, primeiros habitantes, formação do Estado, acontecimentos históricos. História do Brasil. Geografia do Brasil. Direitos e deveres do cidadão, poderes da União, Estados e Municípios, Constituições Brasileiras, Símbolos Nacionais e Estaduais. Aspectos geográficos, econômicos, históricos, físicos, sociais, políticos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Chapecó (SC). Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades.

BIBLIOGRAFIAS

Cordi; Santos; Bório; Correa; Volpe; Laporte; Araújo. Para Filosofar. Scipione. SP. 2010.
Galileu Galilei. Globo. SP.
Revista do Brasil. Gráfica. SP.
Revista Terra. Peixes. SP.
Revista Super Interessante. Abril. SP.
Revista Veja. Abril. SP.
Revista Isto é. Abril. SP.
Revista Aventuras na História. Abril. SP.
Almanaque Abril 2010. Abril. SP.
História e Geografia – guia completo de Ensino Globalizado. Edelbra. SP.
História Ensino Médio. Saraiva. 1ª Ed. SP. 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL - CREAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/90. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título VIII – Da ordem Social,- Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção I – Disposições Gerais, Seção II – Da Saúde, Seção III – Da Previdência Social, Seção IV – Da Assistência Social. Constituição Federal/1988 – artigos 6º ao 11.

LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto.

Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Planejamento e avaliação de políticas sociais. Lei nº. 12.010/ de 03 de agosto de 2010 que dispõe sobre adoção. Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Sistema Único de Assistência Social –SUAS. Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A imagem profissional, sigilo e postura. Ética no trabalho. Relacionamento inter-pessoal. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

BIBLIOGRAFIAS

- Revista CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, 2008, MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/revistas/revista-creas-2013-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social/revista-creas-2013-centro-de-referencia-especializado-da-assistencia-social>
- Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2007. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/suas-os-desafios-da-assistencia-social/suas-sistema-unico-de-assistencia-social-desafios-da-assistencia-social>
- Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2009. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/suas-passos-a-frente-consolidar-o-suas/suas-2013-sistema-unico-de-assistencia-social-consolidacao-do-suas>
- Caderno SUAS 1 – Volume 1. Configurando os Eixos da Mudança. março/2007. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/caderno-suas-volume-1-2013-configurando-os-eixos-da-mudanca/caderno-suas-volume-1-configurando-os-eixos-da-mudanca>
- Caderno SUAS 2- Volume 2. Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados. Março de 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/caderno-suas-volume-2-desafios-da-gestao-do-suas-nos-municipios-e-estados/caderno-suas-volume-2-desafios-da-gestao-do-suas-nos-municipios-e-estados>
- Flávio José Rodrigues de Castro. CRAS: A Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços – Orientações para gestores e projetistas municipais. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/cras-a-melhoria-da-estrutura-fisica-para-o-aprimoramento-dos-servicos-2013-orientacoes-para-gestores-e-projetistas-municipais/cras-a-melhoria-da-estrutura-fisica-para-o-aprimoramento-dos-servicos-o-orientacoes-para-gestores-e-projetistas-municipais>
- SNAS. (Org) Luziele Tapajós e Roberto Wagner da Silva Rodrigues. Rede SUAS: gestão e sistemas de informação do Sistema Único de Assistência Social. 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/rede-suas-gestao-e-sistemas-de-informacao-do-sistema-unico-de-assistencia-social/rede-suas-gestao-e-sistema-de-informacao-para-o-sistema-unico-de-assistencia-social>

AGENTE DO PAIF

O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/90. Constituição da República

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Federativa do Brasil de 1988. Título VIII – Da ordem Social,- Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção I – Disposições Gerais, Seção II – Da Saúde, Seção III – Da Previdência Social, Seção IV – Da Assistência Social. Constituição Federal/1988 – artigos 6º ao 11. Lei nº. 12.010/ de 03 de agosto de 2010 que dispõe sobre adoção. Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A imagem profissional, sigilo e postura. Ética no trabalho. Relacionamento inter-pessoal. PORTARIA Nº 78, DE 8 DE ABRIL DE 2004 *Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família - PAIF" e dá outras providências.* Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

BIBLIOGRAFIAS

- **Revista CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**, 2008, MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/revistas/revista-creas-2013-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social/revista-creas-2013-centro-de-referencia-especializado-da-assistencia-social>
- **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. 2007. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/suas-os-desafios-da-assistencia-social/suas-sistema-unico-de-assistencia-social-desafios-da-assistencia-social>
- **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. 2009. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/suas-passos-a-frente-consolidar-o-suas/suas-2013-sistema-unico-de-assistencia-social-consolidacao-do-suas>
- Caderno SUAS 1 – Volume 1. **Configurando os Eixos da Mudança**. março/2007. MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/caderno-suas-volume-1-2013-configurando-os-eixos-da-mudanca/caderno-suas-volume-1-configurando-os-eixos-da-mudanca>
- Caderno SUAS 2- Volume 2. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Março de 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/caderno-suas-volume-2-desafios-da-gestao-do->

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

suas-nos-municipios-e-estados/caderno-suas-volume-2-desafios-da-gestao-do-suas-nos-municipios-e-estados

- CASTRO, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: A Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços – Orientações para gestores e projetistas municipais.** 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/cras-a-melhoria-da-estrutura-fisica-para-o-aprimoramento-dos-servicos-2013-orientacoes-para-gestores-e-projetistas-municipais/cras-a-melhoria-da-estrutura-fisica-para-o-aprimoramento-dos-servicos-o-orientacoes-para-gestores-e-projetistas-municipais>
- TAPAJÓS, Luziele, RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva. (Org). **Rede SUAS: gestão e sistemas de informação do Sistema Único de Assistência Social.** SNAS. 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/rede-suas-gestao-e-sistemas-de-informacao-do-sistema-unico-de-assistencia-social/rede-suas-gestao-e-sistema-de-informacao-para-o-sistema-unico-de-assistencia-social>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – ENSINO SUPERIOR

ÁREA DE ATUAÇÃO: TODAS AS ÁREAS

HABILITAÇÃO: PSICOLOGIA; NUTRIÇÃO; FISIOTERAPIA; FARMÁCIA; SERVIÇO SOCIAL; EDUCAÇÃO FÍSICA; DIREITO; ADMINISTRAÇÃO; PEDAGOGIA;

PORTUGUÊS

Interpretação de textos. Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem. Compreensão e interpretação de frase ou palavra. Encontros vocálicos e consonantais. Divisão silábica. Flexão e emprego das classes de palavras. Crase. Classificação dos termos da oração. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos pronomes oblíquos átonos. Significação das palavras: sinônimo, homônimos e parônimos, novas regras ortográficas.

BIBLIOGRAFIAS

CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. Português: Linguagens. São Paulo:Atual, 2003.
Faraco, Carlos E.; MOURA, Francisco. Literatura Brasileira.10. ed. São Paulo: Ática, 1999.
NICOLA, José de. Língua, Literatura e Redação. 8.ed. São Paulo: Scipine, 1999.
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.Reforma ortográfica da Língua Portuguesa: Como fica nossa língua escrita. Florianópolis: IOESC, 2009.
FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco. Língua e Literatura. São Paulo:Ática, 2000.
MICHAELIS: dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

MATEMÁTICA

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Fatoração. Raiz quadrada. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações de 1º e 2º graus. Problemas. Raízes e Matrizes. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus. Seqüências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Equações de 2º. grau. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Resolução de problemas. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Matrizes. Raízes. Raio. Circunferência.

BIBLIOGRAFIAS

VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
LAUREANO, José Luiz, LEITE, Olímpio Vissoto. Os segredos da matemática Financeira. São Paulo: Ática, 1986.
BEZERRA, Manuel Jairo. Matemática: 2ª grau volume único. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Volume único. São Paulo: Editora ática, 2005.
GIOVANNI, José Rui & BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. São Paulo, Editora FTD, 2005
NERY, Chico & TROTTA, Fernando. Matemática: curso completo. 1ª ed. São Paulo, Ed. Moderna, 1986.
D'AMBROSIO, Nicolau & Ubiratan. Matemática: comercial e financeira. 23ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.
BOYER, Carl. História da matemática. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Município: colonização, espaço geográfico, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, primeiros habitantes, formação do Estado, acontecimentos históricos. História do Brasil. Geografia do Brasil. Direitos e deveres do cidadão, poderes da União, Estados e Municípios, Constituições Brasileiras, Símbolos Nacionais e Estaduais. Aspectos geográficos, econômicos, históricos, físicos, sociais, políticos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Chapecó (SC). Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades.

BIBLIOGRAFIAS

Cordi; Santos; Borio; Correa; Volpe; Laporte; Araújo. Para Filosofar. Scipione. SP. 2010.
Galileu Galilei. Globo. SP.
Revista do Brasil. Gráfica. SP.
Revista Terra. Peixes. SP.
Revista Super Interessante. Abril. SP.
Revista Veja. Abril. SP.
Revista Isto é. Abril. SP.
Revista Aventuras na História. Abril. SP.

Almanaque Abril 2010. Abril. SP.

História e Geografia – guia completo de Ensino Globalizado. Edelbra. SP.

História Ensino Médio. Saraiva. 1ª Ed. SP. 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PSICOLOGIA

Relações Humanas. Ética no serviço público. Qualidade no atendimento ao público. Trabalho em equipe. Avaliação psicológica: fundamentos da medida psicológica, instrumentos de avaliação, avaliação e interpretação de resultados. Ética profissional. Teorias de personalidade. Psicopatologia. Técnicas psicoterápicas. Psicodiagnóstico. Psicoterapia de problemas específicos. Noções de psicologia organizacional. Rotação de pessoal. Absenteísmo. Estrutura organizacional. Gestão de pessoas (recrutamento e seleção na Administração Pública, identificação de talentos, domínio de competências, avaliação e gestão de desempenho). Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Mudança organizacional. Qualidade de vida. Integração de funcionários portadores de necessidades especiais. Equipe e grupos de trabalho. Comunicação, liderança, motivação. Manejo da solução de conflitos. Mediação. Relacionamento interpessoal. Equipes multidisciplinares. Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. Análise de cargos: objetivo e métodos. Treinamento: levantamento de necessidade, planejamento, execução e avaliação. O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. Psicologia Social. Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008, dispõe sobre a criação dos Núcleos de Apoio a Família. NASF. CREAS. PAIF. PORTARIA Nº 78, DE 8 DE ABRIL DE 2004 *Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família - PAIF" e dá outras providências.* Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica.

BIBLIOGRAFIAS

ALCHIERI, C. J., CRUZ, M. R. **Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA – DIRETRIZES DO NASF. Ministério da Saúde, Brasília 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID – 10: Descrições Cínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organiz. Mundial da Saúde. Tradução: Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MATTOS, E. **Mediação Familiar: Formação de Base.** Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça, 2004.

MENDES, M. A. **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDONÇA, R. **(Trans)modernidade e mediação de conflitos: pensando paradigmas, devires e seus laços com um método de resolução de conflitos.** Florianópolis: Habitus, 2006.

PAIM, I. **Curso de Psicopatologia.** 11ª Edição, revisada e ampliada. São Paulo: EPU, 1993.

PAIVA, R. **Ética, cidadania e imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PIMENTEL, A. **Psicodiagnóstico em Gestalt-Terapia.** São Paulo: Summus, 2003.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

PONCIANO, R. J. **Gestalt-Terapia: refazendo um caminho**. São Paulo: Summus, 1985.

Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.cress16.org.br/acervo/parametros_atuacao.pdf

Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS. CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/publicacoes/cartilhas/referencias-crepop-cras-suas.pdf>

RODRIGUES, M. A. **Indivíduo, Grupo e Sociedade: Estudos de Psicologia Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF**. 1ª edição, 2009, Brasília – DF.

NUTRIÇÃO

Nutrição Básica: Carboidratos, Proteínas, Lipídios, Vitaminas e Minerais – Digestão, Absorção, Transporte, Metabolismo, Excreção, Classificação, Função, Necessidades e Recomendações de Nutrientes, Necessidades e Recomendações de Energia. Alimentos funcionais, Avaliação Nutricional. Dietoterapia nas diversas patologias: cardiovasculares, distúrbios trato digestório, doenças renais, trauma, sepse, queimadura, diabetes mellitus, obesidade, desnutrição energética protéica, doenças hepáticas, neoplasias, doenças pulmonares. Nutrição nos variados ciclos da vida infância, adulto, gestante, idosos. Aleitamento materno e Alimentação complementar. Terapia Nutricional Enteral e Parenteral. Epidemiologia Nutricional- determinantes da desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminoses. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estratégia de Saúde da Família (ESF). Portaria nº 154 de Janeiro de 2008. Técnica Dietética: conceito, classificação e características; pré – preparo e preparo dos alimentos. Administração em Serviços de Alimentação: Planejamento, Organização, EPIs - (Normativas de trabalho) Organograma de uma UAN, Estrutura física, Coordenação e Controle de Unidades de Alimentação e Nutrição. Contaminação de Alimentos: Veículos de Contaminação; Microorganismos Contaminantes de Alimentos e Produtores de Toxiinfecções. Alteração de Alimentos: Causas de Alterações de Alimentos por Agentes Físicos, Químicos e biológicos. Legislações Pertinentes a Alimentos e Serviços de Nutrição – Boas Práticas de Fabricação, Qualidade e controle de qualidade. Código de Ética do Nutricionista – Lei 8.234/91 do CFN - Resolução CFN nº 334/2004 - Resolução CFN nº 390/2006 – Resolução nº 38 de 16 de Julho de 2009 do FNDE – Resolução CFN nº 465/2010 - Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997 da ANVISA - Resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002 da ANVISA. Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica.

BIBLIOGRAFIAS

ABERC – Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas. **Manual de boas práticas de elaboração e serviços de refeições para coletividades**. 9 ed., São Paulo, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à saúde, Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

BRASIL, Portaria NR 6 de 06 de julho de 1978 – Regulamento técnico sobre os Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. **Diário Oficial da União**. Brasília, 06 de julho de 1978.

BRASIL, Resolução nº. 216, de 15 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF, 16 de setembro de 2004.

BRASIL, Resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002. **Diário Oficial da União**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, DF, 2002. Seção 1, pág. 126.

BRASIL, Resolução 334 de 26 de março de 2004. **Diário Oficial da União**. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. Brasília, DF, 10 de maio de 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: Diretrizes do NASF**. Brasília, 2009.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 10. ed. São Paulo: Roca, 2002.

PROENÇA, R. P. C; SOUSA, A. A; VEIROS, M. B; HERING, B. **Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2005.

SILVA, JUNIOR. E. A. da. **Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação**. 6 ed. São Paulo: Varela, 2005.

WAITZBERG, D. L. **Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica**. 3. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF**. 1º edição, 2009, Brasília – DF.

FISIOTERAPIA

Propedêutica fisioterapêutica. Fisioterapia reumatológica nas: síndromes dolorosas, osteoartrite, osteopenias, artrites microcristalinas, nas artrites infecciosas e fisioterapia nas doenças inflamatórias do tecido conjuntivo. Fisioterapia ortopédica e traumatológica: Tratamento fisioterapêutico nas Alterações posturais e deformidades angulares dos MMII; Lesões traumáticas e artroplastias dos MMSS e MMII; Lesões às estruturas ósseas e de tecidos moles do joelho; Fisioterapia nas sinovectomias, tenorrafias e transferências tendinosas; Tratamento fisioterapêutico nas lesões teciduais. Fisioterapia pneumofuncional: Análise de gases (gasometria); Oxigenoterapia e aerossolterapia; Terapia desobstrutiva; Terapia de expansão pulmonar; Fisioterapia nas cirurgias abdominais e torácicas; Reabilitação pulmonar; Espirometria; Fisioterapia respiratória em Pediatria; Introdução à ventilação mecânica; Fisioterapia nos distúrbios do sono. Fisioterapia Cardiovascular: Adaptações cardiovasculares ao exercício físico; Ergometria e análise de testes ergométricos; Reabilitação precoce do paciente infartado e pré e pós-operatório da cirurgia cardíaca; Fisioterapia nas arteriopatias e venopatias; Reabilitação do paciente amputado; Fisioterapia nas linfopatias dos membros inferiores; Reabilitação das pacientes mastectomizadas. Fisioterapia Desportiva: Treinamento de flexibilidade na prevenção de lesão desportiva; Tratamento fisioterapêutico nas lesões desportivas;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Fisioterapia desportiva em atletas com deficiência. Fisioterapia Neurofuncional: Desenvolvimento neuropsicomotor normal e anormal na paralisia cerebral; Fisioterapia nas distrofias musculares; Fisioterapia na espinha bífida; Fisioterapia nas lesões encefálicas adquiridas; Estimulação psicomotora precoce; Síndrome de Down; Poliomielite; Pé torto congênito; Má formação congênita; Luxação congênita do quadril; Lesões do plexo braquial; Facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) – Kabat Knott-Voss; Método neuroevolutivo – Bobath; Facilitação central – Brunnstrom; Estimulação periférica cutânea – Rood; Hidroterapia no paciente neurológico; Hemiplegias nos A.V.C.s; Lesões medulares: traumáticas e não traumáticas; Traumatismos crânioencefálicos (TCEs); Neuropatias periféricas - Polineuropatias (infecciosa – Síndrome de Guillian Barre; alcoólica; tóxica; metabólica) Paralisia facial periférica e Lesões isoladas dos nervos periféricos (radial, ulnar, ciático poplíteo externo); Distúrbios cerebelares: ataxia; Doenças degenerativas: síndrome de Parkinson, esclerose múltipla e doença de Alzheimer; Tumores cerebrais; Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS). Fisioterapia em Ginecologia: Fisioterapia nas síndromes menstruais; Reeducação perineal; Fisioterapia em cirurgia ginecológica; Fisioterapia na paciente mastectomizada; Exercício terapêutico e atividade física na gestação; Fisioterapia no pré-natal; Fisioterapia na gestação de risco; Atuação fisioterapêutica no pré-parto; Fisioterapia no puerpério. Fisioterapia em Ginecologia: Teorias do envelhecimento; Alterações biológicas do idoso; Principais distúrbios dos sistemas orgânicos e imunológico do idoso; Fisioterapia na doença de Parkinson; Fisioterapia na doença de Alzheimer; Fisioterapia na esclerose múltipla; Fisioterapia na ataxia de Friedrich; Fisioterapia na doença de Dick; Fisioterapia na Coreia de Huntington; Fisioterapia na neuropatia diabética. Fisioterapia Preventiva. Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica.

BIBLIOGRAFIAS

- EDWARDS, Susan. **Fisioterapia neurológica**: uma abordagem centrada na resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 224 p.
- UMPHRED, Darcy Ann. **Fisioterapia neurológica**. 2. ed. São Paulo: Manole; 1994 876 p.
- CARR, Janet H.; SHEPHERD, Roberta B.. **Reabilitação neurológica**: otimizando o desempenho motor. Barueri, SP: Manole, 2008. 369 p.
- UMPHRED, Darcy Ann; CARLSON, Constance. **Reabilitação neurológica prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. x, 262 p.
- CAIXETA, Leonardo. **Demência**: abordagem multidisciplinar. São Paulo: Atheneu, 2006. 592 p.
- JONES, Kenneth Lyons. **Padrões reconhecíveis de malformações congênitas**. 5. ed. São Paulo: Manole.
- BOBATH, Berta. **Atividade postural reflexa anormal causada por lesões cerebrais**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1978. 132 p.
- CHIARELLO, Berenice; DRIUSSO, Patricia; RADL, André Luis Maierá. **Fisioterapia reumatológica**. Barueri, SP: Manole, 2005. 333 p. (Manuais de fisioterapia).
- REBELATTO, José Rubens; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Fisioterapia no Brasil**: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999. 309 p.
- BARROS, Fabio Batalha Monteiro de. **O fisioterapeuta na saúde da população**: atuação transformadora. Rio de Janeiro: Fisiobrasil Atualização Científica Ltda, 2002. 241 p. (Fisioterapia e Sociedade)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

- VITTA, Alberto de. **Atuação preventiva em fisioterapia.** Bauru, SP: EDUSC, 1999. 109 p.
- GAVA, Marcus Vinicius; PICANÇO, Patrícia Salerno de Almeida. **Fisioterapia pneumológica.** Barueri, SP: Manole, 2007. 351 p. (Manuais de fisioterapia)
- MALONE, Terry R.; MCPOIL, Thomas G.; NITZ, Arthur J.. **Fisioterapia em ortopedia e medicina no esporte.** 3. ed. São Paulo: Santos, 2000. 633 p.
- GOULD, James A.. **Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte.** São Paulo: Manole, 1993.
- DUTTON, Mark. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GREVE, Júlia Maria D'Andréa; AMATUZZI, Mauro Martins. **Medicina de reabilitação aplicada à ortopedia e traumatologia.** São Paulo: Roca, 1999.
- LECH, Osvandré; NOWOTNY, Alexandre. **Membro superior: abordagem fisioterapêutica das patologias ortopédicas mais comuns.** Rio de Janeiro: Revinter, 2005
- SHEPHERD, Roberta B.. **Fisioterapia em pediatria.** 3. ed. São Paulo: Santos, 1996. 421 p.
- MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 557 p.
- AZEREDO, Carlos Alberto Caetano; DAVID, Cid Marcos Nascimento. **Fisioterapia respiratória moderna.** 2. ed., ampl. rev. São Paulo: Manole, 1993. 253 p.
- RASCH, Philip J.. **Cinesiologia e anatomia aplicada.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 204 p.
- THOMSON, Ann; SKINNER, Alison; PIERCY, Joan. **Fisioterapia de Tidy.** 12. ed. São Paulo: Santos, 1994 500 p.
- MEIRELLES, Morgana A. E. **Atividade física na terceira idade: uma abordagem sistêmica.** Rio de Janeiro: 1999. Sprint,. 109 p.
- OLIVER, Jean. **Cuidados com as costas: um guia para terapeutas.** São Paulo: Manole, 1999. 162p.
- PRENTICE, William E.; VOIGHT, Michael L.; OPPIDO, Terezinha; ARAÚJO, Maria Alice Quartim Barbosa de. **Técnicas em reabilitação musculoesquelética.** Porto Alegre: Artmed, 2003. 727 p.
- IRWIN, Scot. **Fisioterapia cardiopulmonar.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2003. 620 p.
- REGENGA, Marisa de Moraes; PIEGAS, Leopoldo Soares. **Fisioterapia em cardiologia: da unidade de terapia intensiva à reabilitação.** São Paulo: Roca, 2000. 417 p.
- MEIRELLES, Morgana A. E. **Atividade física na terceira idade: uma abordagem sistêmica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. 109 p.
- GUCCIONE, Andrew A. **Fisioterapia geriátrica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. xvi, 470 p.
- PICKLES, Barrie; HERMANOVA, Hana M.; SIMPSON, Janet M.; VANDERVOORT, Anthony A.; COTT, Cheryl A.; COMPTON, Ann. **Fisioterapia na terceira idade.** São Paulo: Santos, 1998. 498 p.
- IRWIN, Scot. **Fisioterapia cardiopulmonar.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2003. 620 p.
- SAFRAN, Marc R.; MCKEAG, Douglas B.; VAN CAMP, Steven P. **Manual de medicina desportiva.** São Paulo: Manole, 2002. xxvii, 881p.
- FONTES, Sissy Veloso; FUKUJIMA, Marcia Maiumi; CARDEAL, José Osmar. **Fisioterapia neurofuncional: fundamentos para a prática.** São Paulo: Atheneu, 2007. 340 p.
- MACHADO, Clauton M.; GAETAN, Carlos Cesar B.; AGNE, Jones Eduardo. **Eletrotermoterapia prática.** 2. ed. São Paulo: Pancast Editora, 1991. 143 p.
- AGNE, Jones Eduardo; RODRÍGUEZ FUENTES, Gustavo. **Eletrotermoterapia: teoria e**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

prática. Santa Maria: Pallotti, 2004. 365 p.

CARR, Janet; SHEPHERD, Roberta. **Ciência do movimento:** fundamentos para a fisioterapia na reabilitação. São Paulo: Manole, 2003. 220p

OTSUKA, Márcia Akemi; BOFFA, Carla Fagundes Barchielli; VIEIRA, Ana Beatriz Aletto de Menezes. **Distrofias musculares:** fisioterapia aplicada. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. 248 p.

CAMARGO, Marcia Colliri; MARX, Angela Gonçalves; BARBOSA, Edison Mantovani. **Reabilitação física no câncer de mama.** São Paulo: Rocca, 2000. 173 p.

BOBATH, Berta. **Atividade postural reflexa anormal causada por lesões cerebrais.** 2. ed. São Paulo: Manole, 1978. 132 p.

CARRIÈRE, Beate. **Bola suíça:** teoria, exercícios básicos e aplicação clínica. São Paulo: Manole, 1999. xxiv, 383 p.

BOBATH, Berta; BOBATH, Karel; KEITH, Ronald Mac. **Desenvolvimento motor nos diferentes tipos de paralisia cerebral.** São Paulo: Manole, 1989. 123 p.

TECKLIN, Jan Stephen. **Fisioterapia pediátrica.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 479 p.

BOBATH, Berta. **Hemiplegia em adulto:** avaliação e tratamento. 3. ed. São Paulo: Manole, 2001. 209 p.

Fonte: Ortopedia – Guia de consulta rápida para fisioterapeutas. Nancy Gann. Editora Guanabara Koogan e Editora LAB.

STARKEY, Chad. Recursos terapêuticos em fisioterapia. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2001

Sophie. O TRATAMENTO DA PARALISIA CEREBRAL E DO RETARDO MOTOR. Editora Manole, SP. 3º Edição. 2001.

PRENTICE, William E. Técnicas em reabilitação musculoesquelética/Willian E. Prentice e Michael L. Voight; trad. Terezinha Oppido e Maria Alice Quartim Barbosa de Araújo. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

GANN, Nanci. Ortopedia: Guia de consulta rápida para Fisioterapeutas: distúrbios, testes e estratégias de reabilitação. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2005.

CECIL, Russell Lafayette; AUSIELLO, Denis. CECIL – Tratado DE Medicina Interna. 22 ed. RJ: Guanabara Koogan, 2005. 2V.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios terapêuticos – Fundamentos e Técnicas. Terceira edição. Editora Manole, SP.

CAMBIEL, J. Manual de Neurologia.9 ed. RJ: MEDSI, 1999.590p.

SALTER, Robert Bruce. Distúrbios e lesões do sistema musculoesquelético. 3 ed. RJ. MEDSI, 2002.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF. 1º edição, 2009, Brasília – DF.

FARMÁCIA

Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica; Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996, Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002, Programa de Controle de Infecção Hospitalar; Dimensionamento e controle de estoques. Padronização de medicamentos. Classificação e codificação de materiais. Boas práticas de estocagem de medicamentos: Estocagem de medicamentos Termolábeis; Estocagem de medicamentos imunossorológicos; Estocagem de medicamentos de controle especial; Portaria nº

344/1998; Sistemas de distribuição de medicamentos. Importância, Aspectos econômicos e financeiros. Garantia da qualidade e manuais de políticas e procedimentos operacionais padrão; Epidemiologia dos erros na medicação e estratégia de prevenção; A prescrição médica; Esquemas de manutenção de soro; Diluição de medicamentos; Estabilidade dos medicamentos; Preparação de misturas parenterais. Terapia Nutricional Parenteral e Enteral; Farmácias Satélites: Serviços especializados em dispensação de materiais e medicamentos; A importância do controle microbiano; Desinfecção e esterilização; Uso racional de antibióticos. Comissão de Controle de Infecções; A farmácia e o controle de infecções; Manipulação de sólidos; Manipulação de líquidos e semi-sólidos; Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; Princípios Gerais da Farmacologia. Quimioterapia das Doenças Microbianas/ Neoplásicas e Parasitárias; Classe Terapêutica dos Medicamentos. Farmacocinética e Farmacodinâmica. Vias de administração de Formas Farmacêuticas. Biodisponibilidade e bioequivalência. Reações Adversas a Medicamentos. Interações e Incompatibilidades Medicamentosas; Assistência Farmacêutica e Atenção farmacêutica. Código de Ética Profissional.

BIBLIOGRAFIAS

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de Setembro de 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF. 1º edição, 2009, Brasília – DF.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 344**, de 12 de maio de 1998 – Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – **NOB-SUS 01/96**. Estabelece níveis de gestão para os municípios.

Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS-SUS 01/2002 - Amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência farmacêutica na atenção básica instruções técnicas para a sua organização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 113 p.

BRASIL. **Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 98 p.

BRASIL. **Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados**. Brasília: OPAS/OMS, 2005. 260 p

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº417**, de 29 de setembro de 2004 – Aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

PAGE, C. et al. **Farmacologia Integrada**. São Paulo: Manole, 1999.

RANG, H.P. et al., **Farmacologia**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, Ana Beatriz Destruti de. **Interações medicamentosas**. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 1995.

FERREIRA, Anderson de Oliveira. **Guia prático de farmácia magistral**. Juiz de fora: Ed. do Autor, 2002. 844 p.

RANG, H. P, et al. **Farmacologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 828 p.

JARAMILLO, Nelly Marin (Org.) **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães; REIS, Adriano Max Moreira. **Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar**. 1. ed. São Paulo: Atheneu,

2001. 558 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.616**, de 12 de maio de 1998 - Regulamenta as ações de controle de infecção hospitalar no Brasil.

SERVIÇO SOCIAL

Análise de estrutura e conjuntura. Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão. História do Serviço Social. Serviço Social e formação profissional. Metodologia do Serviço Social. Pesquisa em Serviço Social. Serviço Social e Ética. A prática institucional do Serviço Social/Análise Institucional. A dimensão política da prática profissional (instrumentalidade). A Questão social e suas reflexões na realidade da família, criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, educação, saúde e previdência social. Atuação do Serviço Social na operacionalização/execução de políticas sociais. Planejamento e avaliação de políticas sociais. Atuação do Serviço Social em equipes interdisciplinares e multidisciplinares. Redes sociais como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social; Serviço Social e a Questão Social; Instrumentos e técnicas na prática do Serviço Social; A pesquisa social e sua aplicação; Legislação da Política de Saúde: Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº. 12.010/ de 03 de agosto de 2010 que dispõe sobre adoção. Estatuto do Idoso; Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Assistência Social. Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Sistema Único de Assistência Social –SUAS Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Constituição Federal/88 – artigos 6º ao 11; Código de Ética do Assistente Social, Lei Federal 8.662, de 7 de junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências; Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. PORTARIA GM Nº 154, DE 24 DE JANEIRO DE 2008 - Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. LEI Nº 12.212, DE 20 DE JANEIRO DE 2010. - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências. PORTARIA Nº 78, DE 8 DE ABRIL DE 2004 *Estabelece diretrizes e normas para a implementação do "Programa de Atenção Integral à Família - PAIF" e dá outras providências.* Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica.

BIBLIOGRAFIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

ABREU, M. M. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATINI, Odária. (org), SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPEC, 2007. (Série núcleos de pesquisa; 9)

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no capitalismo Tardio. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COUTO, Berenice Rojas [et al.].(org). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO RICO, Elizabeth. (org), Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. 6 ed. São Paulo, Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2009.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2 ed. São PAULO: Cortez, 2009.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (org). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001. (Núcleo de pesquisas 6).

SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 3 ed. - Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE - N. 87 - ESPECIAL: SUAS E SUS. EDITORA CORTEZ.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF. 1º edição, 2009, Brasília – DF.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Históricos Conceitos e generalidades. Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas. Concepções psicomotoras na educação física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Metodologia para o ensino da Educação Física. As teorias da Educação Física e do Esporte. As qualidades físicas na Educação Física e desportos. Treinamento desportivo geral. Treinamento Ideal. Conceitos básicos de musculação. Teoria e prática da flexibilidade. Biologia do esporte. Condicionamento físico e saúde. Preparação física. Tratado de fisiologia do exercício. Ginástica na Educação Infantil. Recreação. Desenvolvimento motor. Crescimento e Desenvolvimento neuro-psico-motor. Atividades Rítmicas. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência.

LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portaria GM nº 154, de 24 de Janeiro de 2008; Diretrizes do NASF: Núcleos de apoio a saúde; Atenção Básica.

BIBLIOGRAFIAS

- MORENO, Guilherme. Jogos e Contestes. Rio de Janeiro: SPRINT, 1997.
- VALARES, Solange & ARAÚJO, Rogéria. Educação física no Cotidiano Escolar. Belo Horizonte. EDITORA FAPI, 1999.
- ORSO, Darci. Brincando, Brincando se Aprende. Novo Hamburgo. FEEVALE, 1999.
- FRITZEN, José Silvino. Dinâmicas de Recreação e Jogos. São Paulo. EDITORA VOZES, 25ª Edição.
- REGRAS OFICIAIS DE BASKETEBALL E MANUAL DOS ARBITROS DA CBB.
- REGRAS OFICIAIS DE VOLEIBOL E MANUAL DOS ARBITROS DA CBV.
- REGRAS OFICIAIS DE FUTSAL E MANUAL DOS ARBITROS DA CBFS.
- REGRAS OFICIAIS DE FUTEBOL E MANUAL DOS ARBITROS DA CBF.
- REGRAS OFICIAIS DE HANDEBOL E MANUAL DOS ARBITROS DA CBH.
- REGRAS OFICIAIS DE XADRES E MANUAL DOS ARBITROS DA CBX.
- REGRAS OFICIAIS DE TENIS DE MESA E MANUAL DOS ARBITROS DA CBTM.
- REGRAS OFICIAIS DE ATLETISMO E MANUAL DOS ARBITROS DA CBAT.
- REGRAS OFICIAIS DE GINASTICA E MANUAL DOS ARBITROS DA CBG.
- CASTORINA, José Antônio; FERREIRO, Emilia et. Alii. Piaget – Wygostki: Novas Contribuições Para o Debate. São Paulo, ÁTICA 1995.
- COLL, César. O Construtivismo na sala de aula. São Paulo. ÁTICA, 1998.
- NOVAES, Maria Helena. Psicologia do Ensino-aprendizagem. São Paulo, ATLAS, 1977.
- PAES, Isolda Holmer. Comunicação e Expressão. Porto Alegre, URGs, 1976.
- PALLARÉS, Zaida. Ginástica Rítmica. 2ª Ed. Porto Alegre. PRODIL, 1983.
- Manual Para Testes Ergométrico e Prescrição de Exercício do Colégio Americano de Medicina Desportiva. REVINTER, 1996.
- R. ROST, DORTMUND. Atividade Física e o Coração. MEDSI, 1991.
- WILMORE JH, COSTILL DL. Controle Cardiovascular durante o Exercício. Fisiologia do Esporte e do Exercício. São Paulo. MANOLE, 2003.
- CARNAVAL, Paulo. Cinésilogia Aplicada aos Esportes. Rio de Janeiro. SPRINT, 2002.
- CAMPOS, Mauricio de Arruda. Biomecânica da Musculação. Rio de Janeiro. SPRINT 2000.
- BLANDINES/CALAIS. Anatomia para o Movimento. São Paulo. MANOLE, 1999.
- CARNAVAL, Paulo. Cinésilogia da Musculação. Rio de Janeiro. SPRINT, 2001.
- DANGELO, José Geraldo. Anatomia Humana Básica. Rio de Janeiro, 1997.
- SOBOTA. Atlas da Anatomia Humana. Rio de Janeiro, 2000.
- WIRHED, Roef. Atlas de Anatomia do Movimento. São Paulo, 1986.
- WEINECK, J. Biologia do Esporte. São Paulo. MANOLE, 1991.
- TUBINO, M. J. G.- Metodologia Científica do Treinamento Desportivo. São Paulo. IBRASA, 1984.
- POLLOCK, M. L. ;WILMORE, J. & FOX III. Exercício na saúde e na Doença. Rio de Janeiro. MEDSI, 1986.
- GUEDES, D. P. Composição Corporal: princípios, técnicas e aplicações. Londrina. APEF, 1994.
- COOPER, K. H. O Programa Aeróbio Para o Bem Estar Social. Rio de Janeiro. NÓRCICA 1982.
- WEINECK, Jurgen. Treinamento Ideal. São Paulo. MANOLE, 1999.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

BROWN, Guilherme. Jogos Cooperativos. São Leopoldo. ED. SINODAL, 1994.
KOLB, Bryan e WHISHAW, Q. Ian. Neurociência do Comportamento. Barueri. MANOLE, 2002.
KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do Esporte. Ijuí. ED. UNIJUI, 1994.
OLIVEIRA, V. M. Fundamentos Pedagógicos: Educação Física. Rio de Janeiro. ED. LI. TÉC, 1987.
DIEM, L. Esportes para Crianças: uma abordagem Pedagógica. Rio de Janeiro. ED. BETA, 1977.
SILVA, João Bosca da . Educação Física, Esporte e Lazer: Aprendendo a fazer Fazendo. Londrina. LIDO EDITORA, 1995.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. São Paulo. TERRA E PAZ, 1994.
FLEURI, Susy. Competência Emocional. ED. GENTE, 1998.
DIAS, Clovis. Manual de Futebol. ED. MARCO ZERO, 1989.
FREIRE, J. B. S. Educação física de Corpo Inteiro. Teoria e Prática da Educação Física Escolar. Campinas. SCIPIONE, 1992.
SOARES, C. L.; TAFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELANI FILHO, ESCOBAR, M. O & BRACHT, V. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo. CORTEZ, 1992.
OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade, Educação e Reeducação. Petrópolis. ED. VOZES, 1997.
TANSLEY, A. E. Educação Motora. Rio de Janeiro, ED. ENELIVROS, 1993.
VELASCO, Cacilda Gonçalves. Brincar, o Despertar Psicomotor. Rio de Janeiro. SPRINT, 1996.
AMORIM, Elizabeth. Expressão Artística. A Criança Descobrendo, Interpretando e Agindo Sobre o Mundo. Brasília. UNESCO, 2005.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM nº 154**, de 24 de Janeiro de 2008 – Cria os núcleos de apoio à Saúde da Família.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF. 1º edição, 2009, Brasília – DF.

DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Conceito de Constituição. Classificação das Constituições. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Poder Constituinte. Os Princípios fundamentais. Os direitos e garantias fundamentais. Tutelas constitucionais. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Mandado de segurança individual e coletivo. Direito de petição e de certidão. Ação popular e Ação civil pública. Direitos Sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização Espacial do Estado. Repartição de competências. Competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Organização dos Poderes. A supremacia constitucional. Espécies de inconstitucionalidade. Controle difuso de constitucionalidade. Controle concentrado de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Poder Executivo. Poder Judiciário. As funções essenciais à justiça. A ordem social.

BIBLIOGRAFIA

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2010
MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 27. ed. rev. atual., São Paulo: Atlas, 2010.
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. atual., São Paulo: Malheiros, 2010.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios do direito administrativo. A constitucionalização do Direito Administrativo. Regime jurídico administrativo. Atos de improbidade administrativa e a Lei nº 8.429/92. Desconcentração e descentralização. Administração pública direta e indireta. Poderes da administração pública. Discricionariedade e vinculação. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Abuso de poder. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Atributos. Classificação. Espécies. Atos de direito privado. Invalidação do ato administrativo. Licitação. O dever constitucional de licitar. Objetivos da licitação. Princípios do processo de licitação. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação. Procedimento. Contratos administrativos. Noções e características. Espécies. Garantias. Cláusulas exorbitantes. Modalidades. Extinção dos contratos administrativos. Convênios. Servidores públicos. Conceito. Regime jurídico. Princípio da acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Provimento. Discricionariedade e ato de nomeação. Remuneração. Regime estatutário. Cargos, Empregos e funções públicas. Estabilidade. Exoneração e demissão do servidor público. Aposentadoria. Regime disciplinar dos servidores públicos. Tipicidade. Sanção disciplinar. Sindicância e processo administrativo disciplinar. Serviços públicos. Conceito. Princípios. Formas de prestação. Classificação. Delegação e outorga. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias público-privadas. Controle da administração pública. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Regime jurídico. Imprescritibilidade e impenhorabilidade. Afetação. Desafetação. Aquisição. Alienação. Limites ao direito de propriedade. Modalidades. Desapropriação. Desapropriação indireta. Servidão e requisição administrativa. Responsabilidade civil do Estado. Controles da administração. Internos e externos. Administrativo, legislativo e jurisdicional. Processo administrativo. Princípios. Espécies. Fases.

BIBLIOGRAFIA

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 20. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO CIVIL: Parte Geral. Sistema de normas jurídicas de direito privado. Classificação. Tipologia. Princípios. Constitucionalização normativa do direito privado. Teoria do fato jurídico. Negócio jurídico. Atos ilícitos. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Eficácia. Territorial. Temporal. Formas de integração da norma jurídica. As pessoas. Pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Estado. Ausência. Domicílio. Bens. Prescrição e decadência. Direito das obrigações, contratos e responsabilidade civil. Contratos. Teoria geral dos contratos. Função social dos contratos. Princípios gerais dos contratos. Classificação dos contratos. Formação e extinção dos contratos. Revisão dos contratos. Atos unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade Civil. Direito das coisas. Teoria geral dos direitos reais. Sequela. Preferência. Distinção entre direitos reais e demais direitos patrimoniais. Classificação e enumeração dos direitos reais. Posse. Distinção entre detenção, posse e propriedade. Aquisição, perda e classificação da posse. Efeitos da posse. Compose. Direito aos interditos possessórios. Direito aos frutos e benfeitorias, indenização e retenção. Propriedade. Usucapião. Espécies. Perda da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio voluntário e edilício. Direito de superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Promitente comprador. Concessão de uso especial para fins de moradia.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Concessão de direito real de uso. Direito de Família. Princípios. Normas constitucionais. Casamento. Relações de parentesco. Filiação. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar. Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Concubinato. Tutela e curatela. Separação e divórcio.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**. 28. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação. Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e procuradores. Do litisconsórcio e da assistência. Da intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide e chamamento ao processo. Do Ministério Público. Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. Do Juiz. Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. Da formação, suspensão e extinção do processo. Do processo e do procedimento; dos procedimentos ordinário e sumário. Do procedimento ordinário: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Da revelia. Do julgamento conforme o estado do processo. Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental e prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial. Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento. Da sentença e da coisa julgada. Da liquidação e do cumprimento da sentença. Da ação rescisória. Dos recursos: das disposições gerais; apelação; agravo, embargos infringentes; embargos de declaração; recursos ordinários e extraordinários. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução: execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer. Dos embargos do devedor. Da execução por quantia certa contra devedor solvente. Da suspensão e extinção do processo de execução. Do processo cautelar; das medidas cautelares: das disposições gerais; dos procedimentos cautelares específicos: arresto; seqüestro; busca e apreensão; produção antecipada de provas; alimentos provisionais. Dos procedimentos especiais: ação de prestação de contas; ações possessórias; embargos de terceiro.

BIBLIOGRAFIA

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODOR JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 52. ed. São Paulo: Forense, 2011.

DIREITO PENAL: Princípios constitucionais penais. Norma penal: analogia, lei penal em branco, lei penal no tempo, lei penal no espaço e conflito aparente de normas. Tipicidade: noções gerais, bem jurídico-penal, os sujeitos ativo e passivo da ação, responsabilidade penal da pessoa jurídica, conduta, nexos de causalidade, resultado, dolo e culpa, elementos do tipo, classificação dos tipos penais e das infrações penais, erro de tipo. Consumação e tentativa: *iter criminis*, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

posterior, crime impossível, delito putativo. Ilicitude/antijuridicidade: noções gerais, causas de justificação, estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de direito, consentimento do ofendido. Culpabilidade: noções gerais, elementos (imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa), causas de inimizabilidade, erro de proibição direto e indireto, coação moral irresistível, obediência hierárquica. Concurso de pessoas: teorias sobre o concurso de pessoas, autoria e participação, conceitos, formas e requisitos, autoria colateral, autoria incerta, co-autoria, concurso em crime culposos, comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias, punibilidade do concurso de pessoas. Penas: espécies, cominação, aplicação, dosimetria da pena, suspensão condicional da pena, livramento condicional. Execução penal (Lei n.º 7.210/84 e alterações): noções gerais, execução das penas em espécie, incidentes da execução, detração, remição. Efeitos da condenação. Concurso de crimes: concurso material, concurso formal, crime continuado, *aberratio ictus e aberratio criminis*. Ação penal. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade: (fundamentos e causas), decadência, prescrição, escusas absolutórias. Crimes em espécie: Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154 do CP), Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183 do CP). Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 208 a 212 do CP). Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234-B do CP). Crimes contra a família (arts. 235 a 249 do CP). Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285 do CP). Crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288 do CP). Crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311 do CP). Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359-H do CP). Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65 e alterações). Crimes de drogas (Lei n.º 11.343/2006 e alterações). Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e alterações). Violência doméstica (Lei n.º 11.340/2006 e alterações). Contravenções penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41 e alterações). Estatuto do desarmamento (Lei n.º 10.826/2003 e alterações). Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97 e alterações). Crime organizado (Lei n.º 9.034/95 e alterações). Crimes contra crianças e adolescentes (Lei n.º 8.069/90 e alterações). Crimes contra idosos (Lei n.º 10.741/03).

BIBLIOGRAFIA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 7. ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2011.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: Princípios gerais do processo. Interpretação e aplicação da lei processual penal. A lei processual no tempo. A lei processual no espaço. Fontes do direito processual penal. Persecução criminal. O inquérito policial. Ação penal: características, espécies, princípios e prazos. Condições da ação. Ação penal pública incondicionada e condicionada, ação penal privada e ação penal privada subsidiária da pública. Princípios da ação penal. Jurisdição e competência. Competências absoluta e relativa. Critérios para definição da competência. Conexão e continência. A *perpetuatio jurisdictionis*. A denúncia e a queixa-crime: requisitos formais, aditamento, não-recebimento e rejeição. Causas impeditivas ou extintivas da ação penal. Prova penal. Sistemas de apreciação. Princípios gerais de obtenção e produção da prova. Ônus da prova. Fases do procedimento probante. Prova emprestada. Provas ilegais: provas ilegítimas, provas ilícitas e provas ilícitas por derivação. Provas em espécie: perícias em geral e exame de corpo de delito, interrogatório, confissão, declarações do ofendido,

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

testemunhas, reconhecimentos, acareações, indícios e presunções, documentos e busca e apreensão. Questões e processos incidentes. Incompatibilidades e impedimentos. Conflito de jurisdição e conflito de atribuições. Restituição de coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de insanidade mental. Incidente de falsidade documental. Sujeitos processuais. O Juiz. O Ministério Público. O acusado e seu Defensor: citações, intimações, notificações e obrigatoriedade de comparecimento aos atos. Garantias legais e constitucionais do acusado. A autodefesa. Curador. O assistente de acusação. Peritos e intérpretes. Prisão e liberdade provisórias. A prisão provisória: prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão decorrente da pronúncia e da sentença condenatória recorrível. Prisão especial. Liberdade provisória: espécies e requisitos. A fiança. Procedimentos: noções gerais. Procedimento comum. Procedimento sumário. Tribunal do Júri. Procedimentos especiais: procedimento dos crimes praticados por funcionário público, procedimento dos crimes contra a honra, procedimento no crime de abuso de autoridade e procedimento de apuração dos crimes de tóxicos. Procedimento aplicável nas hipóteses de foro privilegiado (Leis nº 8.038/90 e 8.658/93). Procedimentos relativos às interceptações telefônicas, organizações criminosas, idosos e quebra de sigilo bancário e fiscal. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Leis nº 9.099/95 e 10.259/01). Suspensão condicional do processo. Sentença penal. Requisitos formais. A *emendatio libelli* e a *mutatio libelli*. A sentença condenatória: fundamentação, aplicação da pena e efeitos penais e extrapenais. A sentença absolutória: fundamentos e efeitos. A absolvição imprópria. Publicação. Intimação da sentença. A reabilitação criminal. Nulidades. Vícios processuais. A inexistência. A irregularidade. As nulidades em geral: nulidades absolutas e relativas. Princípios e sistemas. Nulidade por incompetência do juízo. A suspeição e o impedimento. Vícios no inquérito policial e consequências decorrentes. A ilegitimidade de parte. Nulidades em razão da falta de atos ou peças processuais. Inobservância de formalidades essenciais dos atos processuais. Declaração judicial das nulidades em primeiro e em segundo grau. Recursos em geral: pressupostos. O recurso *ex officio*. Fatos impeditivos e extintivos dos recursos. A *reformatio in pejus* direta e indireta e a *reformatio in melius*. Efeitos devolutivo, regressivo, translativo e extensivo dos recursos. O princípio da fungibilidade recursal e o princípio da convalidação. Recursos em espécie: recurso em sentido estrito, apelação, embargos declaratórios, embargos infringentes e de nulidade, carta testemunhável. Recursos constitucionais: recurso extraordinário, recurso especial e recurso ordinário constitucional. Ações autônomas de impugnação. Habeas corpus, mandado de segurança criminal e revisão criminal. A correção parcial.

BIBLIOGRAFIA

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 7. ed. São Paulo: RT, 2011.
TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A inserção constitucional. O princípio da prevenção especial. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Família natural e substituta. Guarda e tutela. Adoção. Prevenção. Geral e especiais. Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. As entidades e programas de atendimento. Medidas de proteção. Gerais e específicas. Prática do ato infracional. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas sócio-educativas.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Remissão. Medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Conselho Tutelar. Disposições Gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Acesso a justiça. A Justiça da Infância e da Juventude. Generalidades. Princípios Gerais. Competência. Serviços Auxiliares. Os Procedimentos. Disposições Gerais. A perda e suspensão do Poder Familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído à adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Da Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente. Os recursos. O Ministério Público. O Advogado. A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e adolescentes. As infrações administrativas.

BIBLIOGRAFIA

GARCEZ, Sergio Matheus. **Novo direito da criança e do adolescente**. Campinas: Alinea, 2010.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de direito da criança e do adolescente, ato infracional e medidas socioeducativas**. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Jurua, 2010.

DIREITO DO IDOSO: Os direitos fundamentais do idoso. As medidas protetivas. A política de atendimento. Disposições gerais. Entidades de atendimento ao idoso. Fiscalização das entidades de atendimento. Infrações administrativas. Apuração administrativa de infração às normas de proteção ao idoso. Apuração judicial de irregularidades em entidade de atendimento. Acesso à Justiça. Disposições gerais. Ministério Público. Proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso.

BIBLIOGRAFIA

AGUSTINI, Fernando Coruja. **Introdução ao direito do idoso**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

GODINHO, Robson Renault. **A proteção processual dos direitos dos idosos**: Ministério Público, tutela de direitos individuais e coletivos e acesso à justiça. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ADMINISTRAÇÃO

Administração de Recursos Humanos: Estratégias de RH. Relações com Empregados. Equipes e Lideranças. Gerenciamento de desempenho. Recrutamento e Seleção. Remuneração e Benefícios. Motivação. Desenvolvimento do RH. Organizações de Aprendizagens. Cultura Organizacional. Estruturas Organizacionais. Administração Mercadológica: Planejamento Estratégico Empresarial voltado para o Mercado. Pesquisa de Mercado. Análise dos ambientes interno e externo. Segmentação de Mercado. Estratégias de Marketing. Marketing de serviços. Gestão do Relacionamento com o Cliente. Responsabilidade Social. Marketing Internacional. Comércio Eletrônico, Sistemas de Informação Gerencial. Administração de Vendas. Administração de Serviços e Materiais: Planejamento e Controle de Serviços. Gestão da Qualidade. Gerenciamento de Projetos. Administração de Material. Gestão de Estoques. Administração Financeira e Orçamentária: Conceitos Básicos sobre Ativos Fixos e Variáveis, risco, retorno e valor. Análise das demonstrações financeiras. Análise de Investimentos. Alavancagem e Endividamento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Planejamento financeiro e orçamentário. Administração de Capital de Giro. Fontes de Financiamento a longo prazo. Governança Corporativa. Contabilidade: Contabilidade Geral. Contabilidade de Custos. Contabilidade Gerencial. Administração Pública. O Planejamento Estratégico Situacional como ferramenta do Planejamento Público. Definição e aplicação do Planejamento Estratégico Situacional (PES). Metodologia de Planejamento Popular. Introdução à Estratégia de Negociação. Processos licitatórios, legislação, aplicação e acompanhamento. Lei de responsabilidade fiscal.

BIBLIOGRAFIAS

CHIAVENATO, Idalberto; Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8.ed. São Paulo, 2008.

LIMA, Diana Vaz de; Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios(Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.

MORANTE, Antônio Salvador; Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATTO, Idalberto. TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO. 6.ed. Rio de Janeiro. Campus.2001.

MANUAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

www.ifb.edu.br

MANUAL DO SERVIDOR

www.drh.ufes.br

LEI DE LICITAÇÕES 8.666

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PEDAGOGIA

Tendências pedagógicas, concepções filosóficas-políticas e a prática pedagógica nas séries iniciais. Pressupostos teóricos e legais da Educação Fundamental. Orientação vocacional e profissional. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. O projeto político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. O planejamento, a execução, o acompanhamento e a comunicação de pesquisas científicas na educação. O planejamento educacional numa perspectiva crítica da educação: importância, níveis e componentes. O papel do pedagogo no âmbito escolar. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola de Educação Profissional. A prática da avaliação no cotidiano escolar. A pedagogia de projetos. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. A gestão escolar da Educação Profissional. A educação inclusiva. A dimensão técnica-política da prática docente. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Didática Geral e metodologia.

LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estatuto do Idoso: Lei nº. 10.741/2003. Lei Maria da Penha: nº. 11.340/2006. PNAS- Política Nacional de Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Guia de Orientação nº. 01 do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome – MDS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Guia de Orientação Técnica – SUAS Nº. 01 – do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome – MDS. Portaria nº. 442/05. Política Nacional do Idoso – PNI /1994 – Lei nº. 8.842/1994.

BIBLIOGRAFIAS

Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Antunes, Celso. A construção do afeto: como estimular as múltiplas inteligências de seus filhos. São Paulo: Augustus.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Introdução, 5.^a a 8.^a série.

Castorina, J.A. et al. Piaget-Vigotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática.

Coll, César. O construtivismo na sala de aula. São Paulo. Editora Ática, 1999.

Gardner, H. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas.

Hoffman, Jussara. Avaliação mediadora – uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 1998.

Libâneo, J. C. Didática. São Paulo: Cortez Editora (Série Formação Geral).

Luckesi, C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez. – cap. 2 a 5, 7 a 9.

Perrenoud, Philippe. Dez competências para ensinar. Porto Alegre, Artes Médicas – Sul 2000, cap. 2 a 6.

Pimenta, Selma, G.A. A Construção do Projeto Pedagógico na Escola de 1º Grau. Idéias nº 8. 1.990, p 17-24.

Rios, Teresinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. São Paulo, Cortez, 2001.

Sasaki, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. Editora WVA, 1997.

Soares, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

Weiz, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática.

Whitaker, F.F. Planejamento - Sim e Não. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

Pacheco, José – Para Alice com Amor – Ed. Cortez

Paula, Jairo de – Um dia sonhei minha realidade – Editora JP

Arroyo, Miguel - Imagens Quebradas

Freire, Paulo - Educação como Prática de Liberdade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.